



CPMI DO INSS

Quebra de sigilo de Lulinha é mantida

Governo sai derrotado pela decisão de Alcolumbre, que confirma resultado da tumultuada sessão da comissão — em que houve até briga. Filho mais velho do presidente é suspeito de receber mesada do empresário Antonio Camilo Antunes, o Careca do INSS

» ALÍCIA BERNARDES
» WAL LIMA
» FÁBIO GRECCHI

O presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP), manteve a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha. Na semana passada, em uma sessão tumultuada, a CPMI do INSS aprovou o acesso aos dados do filho mais velho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, suspeito de receber uma mesada de R\$ 300 mil do empresário Antonio Camilo Antunes, o Careca do INSS, segundo diálogo mantido com a empresária Roberta Luchsinger.

A decisão de Alcolumbre foi tomada depois da análise de recurso apresentado por 14 deputados e senadores governistas, no qual solicitava a suspensão imediata dos efeitos da votação, sob a alegação de falhas na condução do processo pelo presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-MG) — que, segundo os parlamentares da base do Palácio do Planalto, teria feito uma contagem incorreta dos votos.

Alcolumbre argumentou que os 14 votos dos governistas contra a quebra de sigilo não seriam suficientes para vencer a deliberação, já que a sessão da CPMI contava com 31 parlamentares — ou seja, a maioria seria de 16 nomes. “Neste caso concreto, sustentado pelos autores, 14 parlamentares teriam se manifestado contrariamente aos requerimentos postos em votação. Porém, ainda assim, esse número de votos contrários não seria suficiente para a configuração da maioria. Ainda que se considere que o presidente da CPMI se equivocou na contagem daqueles que se levantaram contra os requerimentos, o número de votantes contrários demonstrado pelos autores não seria suficiente para ganhar a deliberação”, frisou.

Segundo o presidente do Senado, o comando da Casa só deve agir em casos “excepcionais”. Alcolumbre salientou que a votação de quebra

Fotos: Carlos Moura/Agência Senado



As decisões tomadas por CPIs devem ser respeitadas por todos, sempre que tenham sido adotadas de forma regular e com respeito à regra da colegialidade”

Trecho da decisão de Davi Alcolumbre

de sigilo de Lulinha não configurou anormalidade e que as votações de comissões devem ser respeitadas.

“As decisões tomadas por CPIs devem ser respeitadas por todos, sempre que tenham sido adotadas de forma regular e com respeito à regra da colegialidade. Diante da relevância constitucional dos trabalhos das CPIs, apenas em situações excepcionais, flagrantes de respeito às normas condicionais, legais ou regimentais, é que esta presidência deve intervir”, observou.

Decisão técnica

O presidente da CPMI e o líder do governo no Congresso,

Randolfe Rodrigues (PT-AP), acompanharam atentamente a leitura do parecer de Alcolumbre. Proferida a decisão, foi a vez de Viana desabafar, afirmando que agiu de forma “estritamente técnica” e dentro do regimento do Congresso. Segundo o senador, foram contabilizadas as manifestações formais dos membros titulares no momento adequado da votação.

“Sei das pressões políticas, mas ali não está o lado político, não está nenhum tipo de posicionamento pessoal desta presidência da CPMI”, afirmou. As quebras de sigilo de Lulinha foram aprovadas em 26 de fevereiro, a partir de pedidos apresentados pelo relator da



Sei das pressões políticas, mas ali não está o lado político, não está nenhum tipo de posicionamento pessoal desta presidência da CPMI”

Senador Carlos Viana (Podemos-MG), presidente da CPMI

CPMI, deputado Alfredo Gaspar (União-AL). A votação ocorreu de maneira simbólica, sem registro nominal, o que levou ao questionamento dos governistas.

Para o deputado Luiz Lima (Novo-RJ), que levou um soco do deputado Rogério Correia (PT-MG) na confusão que se formou assim que foi proclamado o resultado favorável à quebra dos sigilos de Lulinha, só cabia a Alcolumbre “ser um árbitro, não pode ser um torcedor, não pode ter lado. E a CPMI é mista, que envolve a Câmara e o Senado. Eu estava lá”.

Randolfe, que acompanhou atentamente a leitura do parecer de Alcolumbre, garantiu que a base



Quando vossa excelência, na posição de magistrado do Congresso Nacional, se pronuncia, Roma locuta, causa finita est”

Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), líder do governo no Congresso

governista respeitará a decisão da presidência do Senado. Ele observou que a controvérsia não dizia respeito ao conteúdo das quebras de sigilo, mas, sim, ao rito empregado na votação. Na avaliação do líder do governo, a manifestação de Alcolumbre contribui para “uniformizar” o critério que deverá orientar as próximas votações.

“Quando vossa excelência, na posição de magistrado do Congresso Nacional, se pronuncia, *Roma locuta, causa finita est* (expressão em latim que quer dizer “Roma falou, o caso está encerrado”)). A gente luta para vencer, mas aceita quando perde”, disse.

Ainda segundo Randolfe, não

há intenção da base de criar obstáculos às apurações. Ele defendeu que a CPMI analise requerimentos “de todos os lados” e ressaltou que a deliberação da Presidência precisa ser aceita “como em qualquer democracia”.

Apesar da vitória da oposição com a deliberação de Alcolumbre, o pedido de prorrogação da CPMI feito pelos adversários do Palácio do Planalto ainda não tem resposta. Viana conversou com o presidente do Senado sobre ampliar o prazo de funcionamento da comissão em mais 60 dias, uma vez que, pelo cronograma atual, os trabalhos do colegiado terminam no próximo dia 26.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

De olho nas pesquisas, Alcolumbre confirma quebra de sigilo de Lulinha

O presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP), decidiu, ontem, manter a deliberação da CPMI do INSS que determinou a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha. Aliado “ma non troppo” do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, atendeu a um pedido da oposição, que havia aprovado a medida na semana passada, em sessão marcada por divergências e questionamentos da base governista. Alcolumbre rejeitou recurso apresentado por 14 deputados e senadores aliados do presidente, no qual o grupo solicitava a suspensão imediata dos efeitos da votação, sob a alegação de

falhas na condução do processo.

As quebras de sigilo foram aprovadas em 26 de fevereiro, a partir de pedidos apresentados pelo relator da CPMI, deputado Alfredo Gaspar (União-AL). A votação ocorreu de maneira simbólica, sem registro nominal, o que intensificou os questionamentos posteriores. Ao abrir a deliberação, o presidente da comissão solicitou que os parlamentares contrários se manifestassem. Registrou sete votos contra os requerimentos, afirmando ter considerado apenas os membros titulares e desconsiderado suplentes. Com base nessa contagem, declarou aprovadas as quebras. Governistas, porém, sustentam que havia 14 votos contrários

e que o resultado proclamado não refletiu a maioria presente.

Lulinha passou a ser alvo da comissão após investigados por supostos desvios no INSS citarem um possível vínculo dele com o empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como Careca do INSS. A CPMI apura irregularidades envolvendo descontos e operações financeiras ligadas ao órgão. A decisão de Alcolumbre não ocorre no vazio político. Ela se insere num contexto de fragilidade crescente do governo captado pelas pesquisas de opinião. A mais recente sondagem, da RealTime BigData, divulgada ontem, confirma um cenário de polarização e aperto para 2026.

Lula lidera os cenários de primeiro turno com cerca de 39% a 40%, mas enfrenta um adversário competitivo, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que oscila entre 32% e 34%. No segundo turno, o quadro é de empate técnico: 42% para Lula, 41% para o senador do PL. O dado mais sensível, porém, não está na intenção de voto, mas na avaliação do governo: 51% desaprovam a gestão federal, enquanto

44% aprovam. Apenas 26% classificam o governo como ótimo ou bom e 46% como ruim ou péssimo. Trata-se de um descompasso perigoso: Lula mantém capital eleitoral, mas governa sob desaprovção majoritária.

As tendências por segmento social ajudam a avaliar o cenário. Lula preserva hegemonia nas faixas de renda mais baixa — chega a 44% entre eleitores que ganham até dois salários mínimos — e mantém vantagem robusta no Nordeste, onde alcança de 47% a 50%. Entre mulheres e eleitores acima de 60 anos, também lidera com margem confortável. Em contrapartida, enfrenta dificuldades entre eleitores de renda mais alta, onde há empate ou leve vantagem do adversário, e perde terreno no Sul e em parte do Centro-Oeste.

“Animal ferido”

No Sudeste, região decisiva, o cenário é de equilíbrio instável. Entre os jovens de 16 a 34 anos, há empate numérico com o bolsonarismo, sinalizando que a nova

geração não é hegemonicamente lulista. Outro dado relevante é a rejeição: 47% afirmam que conhecem Lula e não votariam nele. O mesmo percentual aparece para Flávio Bolsonaro. O país segue dividido quase ao meio, com dois polos duros e pouco espaço para terceiros nomes.

É nesse ambiente que o Centrão recalcula suas posições. Alcolumbre, raposão da política, sentiu o cheiro de “animal ferido”, expressão que nos bastidores é usada para designar governantes fragilizados, que perdem capacidade de retaliação de aliados infieis. Quando a desaprovção supera a aprovação e o segundo turno se mostra apertado, a fidelidade parlamentar se torna elástica.

A manutenção da quebra de sigilo sinaliza para a oposição que há espaço institucional para avançar sobre o entorno familiar do presidente. O governo perdeu a certeza de blindagem no Senado, que já não é garantida. A verdade é cruel: o Congresso se move conforme o vento das pesquisas.

Subjacente ao trabalho técnico da comissão, fundamental do

ponto de vista jurídico, há uma disputa de narrativa. A CPMI do INSS pode se converter em palco de desgaste de imagem do governo, tanto quanto de Lula. Outras comissões no passado desempenharam papel central na corrosão da estabilidade política e sustentação eleitoral de governos. Em cenários de campanha eleitoral, fatos envolvendo parentes ganham potencial explosivo.

A eleição de 2026, segundo os dados disponíveis, será definida menos por esperança e mais por rejeição. Lula parte na frente, mas com margem estreita. Se a desaprovção persistir acima de 50% e o empate técnico no segundo turno se consolidar, o ambiente parlamentar tenderá a se tornar ainda mais volátil. Alcolumbre é um político pragmático. Não rompeu com o governo, mas também não se alinha em sua defesa.

Na incerteza eleitoral, o Centrão não tem convicções político-ideológicas, aposta em probabilidades. A decisão sobre Lulinha é um movimento no xadrez de 2026, cujo tabuleiro está muito instável.